

10-2005

CEPAC: Uma Resposta Espiritana aos Imigrantes excluídos

Mário Faria Silva

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana>

Recommended Citation

Faria Silva, M. (2005). CEPAC: Uma Resposta Espiritana aos Imigrantes excluídos. *Missão Espiritana*, 8 (8). Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana/vol8/iss8/8>

This Article is brought to you for free and open access by Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Missão Espiritana by an authorized editor of Duquesne Scholarship Collection.

CEPAC: Uma Resposta Espiritana aos Imigrantes excluídos

O CEPAC nasceu do coração do carisma espirítano, sob a iniciativa dos Missionários do Espírito Santo, em 1992. O nome é uma homenagem ao grande Missionário Espiritano, Padre Alves Correia (1886-1951), defensor dos “pobres e oprimidos”, promotor dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

Quando o CEPAC nasceu não estavam ainda implementados os acordos de saúde entre Portugal e os antigos países de expressão portuguesa (PALOP’s). Entre o acordado e o cumprido, em muitos casos, a distância é grande e são muitas as pessoas que ficam abandonadas, à sua sorte, durante a sua permanência no nosso país.

O CEPAC surge como um recurso e, paralelamente, vamos procurando encontrar respostas para as pessoas que não as encontram nos recursos proporcionados por outras instituições e vai-se fazendo o encaminhamento possível, tratando cada caso como um caso, para o qual é necessário encontrar uma resposta.

1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 – Origem e Estatuto Jurídico

O Centro Padre Alves Correia – CEPAC – é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica do foro canónico e civil.

Nasceu do coração do carisma espirítano, sob a iniciativa dos Missionários do Espírito Santo, em 1992. O nome é uma homenagem ao grande Missionário Espiritano, Padre

Alves Correia (1886-1951), defensor dos “pobres e oprimidos”, promotor dos Direitos Humanos e da Justiça Social.

1.2 – Do sonho dos Fundadores ao actual contexto Social

No início dos anos noventa a imigração era predominantemente africana. Não admira, por isso, que o CEPAC tenha sido registado como uma instituição de apoio a imigrantes africanos. Esta designação permanece, primeiro que tudo, por questões legais, mas, na verdade, a grande percentagem de pessoas apoiadas continua a ser de África. A razão parece-nos evidente: porque a publicidade se faz, sobretudo, pelas redes informais, é normal que o “passa palavra” vá atingindo os grupos que mais directamente se relacionam.

Os movimentos migratórios mudam em pouco tempo. A comunidade caboverdeana em Portugal, depressa, deixou de ser maioritária dando lugar aos ucranianos. Para lá destes números, sabemos que há toda uma realidade, a da imigração irregular que, escapando às estatísticas oficiais, não nos possibilita chegar a conclusões evidentes. No terreno vamos concluindo que “não há uma diminuição da entrada de cidadãos estrangeiros em Portugal e que ficam em permanência irregular”¹ mas, mais uma viragem parece-nos impor-se, que é a entrada de brasileiros, via Espanha, assim como a entrada de Romenos, utilizando canais paralelos, fugindo às restrições das actuais políticas imigratórias. Desta alteração nos vamos dando conta, sobretudo pelos novos utentes que nos têm chegado ultimamente.

É opção consciente do CEPAC trabalhar a integração². Esta não poderá acontecer sem a regularização e, no actual contexto, torna-se tantas vezes tarefa árdua! É necessário ter presente que, a quase totalidade dos trabalhadores imigrados, mesmo os que possuem autorização de permanência, tem um vínculo precário com as empresas contratantes³. Se esta pre-

“Os movimentos migratórios mudam em pouco tempo.”

“É opção consciente do CEPAC trabalhar a integração”

¹ Afirmação de César Inácio, inspector do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a propósito da detenção de estrangeiros, sobretudo brasileiros, na Costa da Caparica, em 2/2/2003, in Público, publicação de Lisboa, 4/2/2003, pág. 47.

² Optámos por utilizar o conceito de integração, referenciado ao problema sociológico da ordem, definida esta, não em termos normativos, enquanto cooperação, mas em termos morfológicos, enquanto padronização da vida social. Esta definição, de ordem social, é construída com base numa discussão crítica da teoria da estruturação de Anthony Giddens, mobilizando para o efeito, de uma maneira especial, os contributos de Margaret Archer, Ton Burns e Nicos Mouzelis. (Cf. PIRES, Rui P. (2003), pág. 13-47). Na realidade, nos estudos sobre migrações, utiliza-se com muita frequência aquilo que Rui P. Pires chama de “finta terminológica” utilizando o termo incorporação, devido à dificuldade em lidar com todas as conotações que entretanto foram associadas ao conceito “integração”. (veja-se, a título de exemplo, PORTES, Alejandro (1999).

³ Apenas 2,6% da população estrangeira tem contratos sem termo. Cf. PIRES, Rui P. (2003), pág. 178.

cariedade é formalmente consistente com a curta duração das autorizações de permanência, isso não significa que os trabalhadores estrangeiros se decidam a regressar sempre que não tenham trabalho e, que por isso, não possuam autorização para ficarem em Portugal. Para não falarmos das situações, que não são assim tão raras, de imigrantes a trabalharem sem contrato e sem o mínimo de garantias quanto ao seu futuro....

Quando o CEPAC nasceu não estavam ainda implementados os acordos de saúde entre Portugal e os antigos países de expressão portuguesa (PALOP's). Muitos doentes, porque não têm possibilidades de ter tratamento adequado para os seus males, vêm destes países a partir dos acordos bilaterais estabelecidos com Portugal. A permanência aqui destes doentes, bem como a dos seus acompanhantes, nos casos de tratamentos pediátricos, são da responsabilidade das Embaixadas dos respectivos países. Entre o acordado e o cumprido, em muitos casos, a distância é grande e são muitas as pessoas que ficam abandonadas, à sua sorte, durante a sua permanência no nosso país. Não podemos falar aqui de imigrantes, mas muito mais de deslocados, onde, igualmente, a integração tem de ser trabalhada, sobretudo porque muitas são as situações de tratamentos prolongados. Dramática é, ainda mais, a situação dos acompanhantes, que não podem, legalmente, trabalhar enquanto não possuírem autorização de residência que só se consegue após comprovação médica da necessidade de permanência prolongada em Portugal.

“Dramática é a situação dos acompanhantes, que não podem, legalmente, trabalhar”

1.3 – As Valências do CEPAC

a) Gabinete de Serviço Social

O Gabinete Social é o espaço onde é realizado o atendimento. Este é feito pela Assistente Social e, após o diagnóstico social, o utente é encaminhado para os diferentes apoios do CEPAC a seguir mencionados.

b) Apoio Médico

Prestado por três médicos voluntários que dão consulta na sede da Instituição. Normalmente, serve apenas os imigrantes irregulares ou acompanhantes de doentes que vêm a partir dos acordos de saúde estabelecidos com os PALOP's.

c) Apoio Medicamentoso

São fornecidos os medicamentos que os médicos do CEPAC prescrevem ou que foram prescritos por outros médicos, mas que os utentes não podem comprar.

Existe um “depósito” que possui medicamentos oferecidos.

Para outros que sejam necessários temos um protocolo com uma Farmácia local. A organização e a classificação dos medicamentos é realizada por uma farmacêutica voluntária.

d) Apoio jurídico

Duas advogadas, voluntárias, prestam apoio jurídico aos utentes, em situações muito variadas, sendo predominante o apoio em processos de legalização.

e) Distribuição de Roupa

A roupa existente é oferecida ao Centro e distribuída aos utentes por três voluntárias. Na retaguarda vários outros voluntários colaboram na lavagem e arrumação da mesma.

“Na retaguarda vários outros voluntários colaboram”

f) Distribuição de Alimentos (Protocolo com o Banco Alimentar)

Os alimentos são fornecidos pelo Banco Alimentar de Lisboa por etapas: duas vezes por mês recebem-se os frescos (fruta, legumes, ...) e, uma vez por mês e em maior quantidade, os secos (cereais, bebidas, bolachas, ...)

Os cabazes são distribuídos aos utentes carenciados e cada utente inscrito recebe quinzenalmente o seu, de acordo com o seu agregado familiar.

g) Equipa de Rua

A Equipa de Rua foi criada em Outubro de 2005, com o objectivo de complementar o atendimento social, tendo em vista a elaboração de um diagnóstico mais aprofundado e rigoroso sobre a situação do imigrante que vem pedir auxílio.

O trabalho desenvolvido pela equipa, sendo resultado de uma intervenção social junto do espaço do utente/família, tem permitido confirmar ou não o diagnóstico resultante do atendimento. De igual modo, tem possibilitado à Instituição identificar problemas e necessidades cujas causas e efeitos nem sempre são diagnosticados no gabinete. Cada vez mais vamos concluindo que haverá sempre que distinguir entre o pedido manifesto e o pedido latente.

Colaboramos igualmente com a Câmara de Lisboa, através do Plano Lx⁴, no qual estamos integrados. Os casos de imigrante sem-abrigo são para nós encaminhados pelas outras equipas de rua. Desta equipa fazem parte três voluntários, entre os quais uma Irmã Espiritana e três Estagiários de Serviço Social. Um dos voluntários é médico e a sua presença em muito nos

⁴ O Plano Lx é um programa, da Câmara Municipal de Lisboa, de prevenção e inclusão de toxicodependentes e sem abrigo.

tem ajudado a detectar certas situações de doenças graves.

g) **Unidade de Integração na Vida Activa (UNIVA) (Parceria)**

Os utentes, quando necessitam de emprego e formação, são encaminhados para a UNIVA da CIC – Orientar.

No dia 2 de Fevereiro deu entrada, no Centro de Emprego de Alcântara, uma candidatura para que o CEPAC possa ter uma UNIVA a funcionar nas suas instalações e aberta à juventude da área da freguesia da Lapa.

II – OS IMIGRANTES IRREGULARES E OS DESLOCADOS DOENTES

2.1 – Caracterização global dos utentes

O CEPAC teve no ano de 2005 um total de 5.202 presenças. De forma habitual, 235 famílias receberam apoio de forma regular. Pela primeira vez, procuraram-nos 194 pessoas, algumas delas para apoios mais pontuais, outras permanecendo, em situações de maior carência e necessitando de uma intervenção mais concertada e prolongada.

Frequentemente, ouvimos comentários dizendo que é necessário ultrapassar o assistencialismo. Aqueles que lidam, todos os dias, com a realidade, mais que ninguém, bem desejariam que a sua acção nunca fosse meramente passiva e que as medidas activas, que conduzem a uma integração plena, fossem sempre implementadas. Mas, disto estamos certos, o horizonte da integração activa nunca foi descurado por todos os que no CEPAC têm trabalhado. Certo, é difícil, impossível mesmo, relatar no espaço de um escrito o dinamismo de uma vida!

Entre os que nos procuram, há dois grupos predominantes, diferentes nos seus problemas e na sua compreensão, mas que têm constituído, desde há muito, uma opção na nossa intervenção: os imigrantes irregulares, 19% da população utente, e os deslocados doentes, que constituem 26%. De um outro grande grupo (42%) fazem parte imigrantes com autorização de residência, mas que, pelo desemprego, estão em situação de acentuada carência económica. Um outro grupo, mais pequenino, apenas 13%, é formado por aqueles a quem não foi concedido estatuto de refugiado e que estão com autorização de residência por questões humanitárias.

“o horizonte da integração activa nunca foi descurado por todos os que no CEPAC têm trabalhado.”

2.2 – Os imigrantes irregulares

Pensa-se, às vezes, que a imigração dos PALOP's, por ser mais antiga, é já uma imigração estabelecida. Na verdade, continuam-nos a bater à porta os imigrantes ilegais, provenientes

dos países africanos. Comparando-se os dados sobre o número de autorizações de permanência concedidas em 2001 com os da regularização extraordinária de 1996, podemos concluir que se mantiveram com contingentes significativos, mesmo se, com ligeira diminuição, os fluxos ilegais com origem em Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau⁵. Com os imigrantes de leste e do Brasil, a realidade não é muito diferente.

Os novos fluxos migratórios têm sido "constituídos por via de um recrutamento organizado mais do que pela lenta acumulação de percursos autoconstruídos". E se recrutamento não é sinónimo de tráfico de mão-de-obra por organizações de tipo criminoso, não podemos ignorar o papel que estas organizações têm tido na canalização de parte da imigração do Leste e, ultimamente, de uma maneira particular, da imigração que vai chegando da Roménia. Quantas promessas fáceis de virem encontrar no nosso país a famosa «árvore das patacas» se desfazem e lançam na margem vidas que mais não procuravam que a legítima aspiração a uma vida melhor.

“Dentro dos imigrantes irregulares devemos distinguir vários grupos.”

Dentro dos imigrantes irregulares devemos distinguir vários grupos. Uns, já tiveram a sua situação regularizada mas, porque a regularização depende da existência do contrato de trabalho, e não o possuindo em dado momento, não puderam renovar os seus "papéis". Então, o CEPAC surge como um recurso e, paralelamente, a procura desesperada de alimentos e roupa. Fazendo uma visita aos locais onde os sem-abrigo costumam pernoitar, na cidade de Lisboa, não teremos dificuldade em encontrar muitas pessoas nesta situação. Outro grupo, é o daqueles que nunca estiveram regulares, uns com trabalho, mas sem contrato, outros que já o tiveram, mas que, com a mesma facilidade, o deixam de ter. E, convém frisá-lo, grande parte destes imigrantes, no contexto da actual legislação, terão sérias dificuldades em obter a regularização, se é que alguma vez a conseguirão.

As problemáticas detectadas, em relação a este grupo, são, predominantemente, a desintegração, o alcoolismo, havendo também, mas com muito menor incidência, casos de toxicodependência, sem-abrigo e problemas psiquiátricos. Sobre os doentes psiquiátricos e não só, muitas vezes o CEPAC é contactado pelos Serviços Sociais dos Hospitais que, pretendendo dar alta social aos doentes, querem que se encontrem soluções que eles próprios não conseguem resolver.

Pelo que fica dito, não será difícil depreender que o CEPAC está atento, por opção, às situações daqueles que se encontram na margem. Por isso, vamos procurando encontrar res-

⁵ Cf. PIRES, Rui P. (2003), pág. 173-174.

postas para as pessoas que não as encontram nos recursos proporcionados por outras instituições e vai-se fazendo o encaminhamento possível, tratando cada caso como um caso, para o qual é necessário encontrar uma resposta.

3.3 – Os deslocados doentes

Situação distinta, é a daqueles que, doentes, são obrigados a deixar a sua terra na busca de tratamentos que não podem fazer no seu país. Não são imigrantes, embora alguns deles acabem por nunca mais regressar, mesmo após o tratamento feito, caindo, também eles, nas malhas da irregularidade.

Mesmo se a solidariedade entre os africanos é forte, em muitas situações ela não é suficiente para garantir o bem-estar a quem chega doente e que, em terra estranha, sente toda a dificuldade de integração. Se o tratamento implica internamento e enquanto este dura, a situação é menos dramática, mas quando este passa a ambulatório as dificuldades, sobretudo económicas, são, em tantos casos, mesmo dramáticas. É preciso dinheiro para os transportes, as deslocções às consultas, é preciso comprar alimentos, medicamentos... tantas coisas que todos precisam e, ainda mais, quem está doente. As Embaixadas deveriam suportar estas despesas, segundo os acordos e algumas vão-no fazendo, mas nem todas de igual forma.

“a solidariedade entre os africanos é forte, em muitas situações ela não é suficiente para garantir o bem-estar a quem chega doente”

Mais complicada ainda é a situação dos acompanhantes, no caso dos tratamentos pediátricos. Cada criança tem direito a fazer-se acompanhar de um familiar, mas que não pode trabalhar. No caso das doenças cujo tratamento é prolongado vai-se requerendo autorização de residência, mas esta, normalmente, demora a vir e, entretanto, as pessoas têm, pelo menos, as suas necessidades básicas a satisfazer. Mais uma vez, a resposta das Embaixadas muitas vezes não é a mais conveniente e o CEPAC, para muitos destes casos, é a única resposta social a que podem recorrer. Somos a única instituição que dá apoio alimentar a imigrantes e, por isso, é, com muita frequência, que os Serviços Sociais dos Hospitais da grande Lisboa nos batem à porta para nos encaminhar estas situações.

III – DO ASSISTENCIALISMO A UMA INTEGRAÇÃO ACTIVA

Não será necessário grande esforço intelectual para perceber que, em anos de recessão económica, são as políticas sociais as primeiras a sofrer os habituais cortes orçamentais e, depois da retoma, serão estas, normalmente, as últimas

a serem beneficiadas. Mesmo que os particulares possam e devam ajudar, a acção social estará sempre dependente da vontade política de um Estado que, deve ter sempre no seu horizonte a garantia da paz e da harmonia social.

Não admira, por isso, que a acção social com imigrantes não seja em nada favorecida. Se nos lembrarmos que uma das opções do CEPAC é, claramente, a do apoio aos imigrantes irregulares, não nos podemos espantar que os entraves sejam ainda acrescidos. Como nos podemos candidatar a projectos que visem uma população que legalmente nem sequer existe? É verdade que, como IPSS, temos um acordo com a Segurança Social, mas o que, mensalmente recebemos não chega para cobrir os salários dos únicos dois trabalhadores contratados que o CEPAC possui.

3.1 – Assistencialismo?

“A urgência da situação impele-nos a agir!”

Quando temos à nossa frente alguém que tem necessidades mínimas a satisfazer, não nos perguntamos se a nossa acção é meramente assistencialista. A urgência da situação impele-nos a agir! E, quantas vezes, antes de um atendimento, temos de dar de comer a alguém que já não come, minimamente, há vários dias.

Todos os nossos esforços, em relação a alguém que está no nosso país de forma irregular, vão no sentido de promover a sua regularização. Este será o primeiro passo para que, depois, outras integrações possam ser trabalhadas. Exigimos, servindo-nos, quantas vezes, do apoio alimentar e outros apoios para, com o utente, contratualizarmos planos de intervenção, ajudamos a pagar coimas ao fisco, incentivamos para que as dificuldades não levem à desistência, etc. Não podemos, neste contexto, descrever os sucessos que a este nível vamos conseguindo, mas foram já algumas as situações de irregularidade geracional que ajudámos a resolver. Mas são muitos, também, os casos em que nada conseguimos e, nas situações onde as alternativas são nulas, vamos apontando para o retorno voluntário, mesmo se a vontade da pessoa seja sempre por nós respeitada⁶. Quantos, mesmo sabendo da ex-

⁶ No ano transacto, seis imigrantes regressaram voluntariamente ao seu país, com a ajuda do CEPAC. A este nível, temos uma óptima relação seja com a Organização Internacional das Migrações (OIM), seja com o próprio Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), seja com a Embaixada de Angola, que tem um programa próprio de retorno voluntário. Nesta nossa acção, fazemos questão de trabalhar o imigrante de tal forma que, pese o facto de deixar Portugal como excluído, não entre na sua terra como tal. Daí que trabalhar antecipadamente as redes sociais no país de origem seja fundamental.

ploração de que são vítimas e da insegurança permanente em que vivem, decidem livremente ficar!

Outra das prioridades assumidas, como já referimos, são os deslocados, oriundos dos PALOP's, por questões de saúde. Quem não pode pagar os transportes para ir às consultas, quer medicamentos e não lhos dão, quem precisa de comer e não pode trabalhar e de roupa para vestir e não a pode comprar, vai encontrando, nesta obra espiritana, um auxílio que é como uma bênção que Deus lhes vai dando. Que mais fazer com alguém que está doente, ou com alguém que, por ser acompanhante, não tem autorização legal para trabalhar?

Os contactos com as Embaixadas são frequentes, tentando alertá-las para estas situações desumanas. A articulação vai-se fazendo, na medida do possível e, em alguns casos, há uma colaboração harmoniosa. Já tivemos, com aqueles que nos receberam, reuniões com os senhores Embaixadores mas, o caminho é muito lento, mesmo se a evolução é visível. Procuramos, neste como noutros casos, informar a opinião pública⁷ da realidade que o nosso trabalho no terreno nos vai mostrando.

3.2 – Trabalho em rede e em parceria

Em época de discussão pública, que se aproxima, da nova lei da imigração, parece-nos fundamental uma participação activa. O Fórum das Organizações Católicas que se dedicam à Imigração (FORCIM), do qual o CEPAC é membro, tomará, como é já habitual, posições concertadas que chamarão a atenção para a defesa dos Direitos Humanos. As nossas advogadas estão já a preparar-se para que, muito brevemente, nos ajudem a ver com mais clareza as verdadeiras forças em jogo.

A PICUM⁸, sediada em Bruxelas, está, neste momento, a desenvolver um projecto, a pedido da Comissão Europeia, para o estudo do acesso à saúde dos imigrantes irregulares. Em Portugal, é o JRS e o CEPAC que estão a liderar este projecto. Mesmo se, segundo os responsáveis da PICUM, noutros países europeus este problema é ainda mais grave, pretende-se, com este estudo, que o assunto comece a fazer parte das agendas políticas dos países europeus.

Não trabalhamos sozinhos e temos feito um esforço de

“O FORCIM, do qual o CEPAC é membro, tomará posições concertadas que chamarão a atenção para a defesa dos Direitos Humanos.”

⁷ O CEPAC tem o dever de “informar e sensibilizar a opinião pública sobre os problemas específicos da Imigração” (Estatutos, nº 5, 2, h).

⁸ PICUM – Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants (cf. www.picum.org).

presença nos vários organismos ligados à problemática da imigração. Não sabemos até onde podemos ir, neste nosso esforço, porquanto as reuniões não podem impedir a nossa ligação à realidade do terreno. Por ser importante, não o descaramos, mas o CEPAC é uma pequenina Instituição e os trabalhadores a tempo pleno são apenas dois. É verdade que, temos já a colaboração de quinze voluntários, mas, para que a sua acção seja proveitosa, a sua coordenação não pode ser nunca descurada.

A ligação à Câmara Municipal de Lisboa, sobretudo através do Plano Lx, é estreita. A nossa equipa de rua é reconhecida, mesmo se ainda muito recente, e as articulações com as outras equipas do Plano têm-se intensificado cada vez mais. Talvez porque nos falte o engenho e a arte, as ajudas económicas não se têm feito sentir, mesmo se, por várias vezes, já alguns passos tenhamos encetado.

Há uns meses fizemos uma candidatura para que o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) nos ajudasse a dar resposta aos 185 pedidos que temos, em lista de espera, de apoio alimentar. Precisamos, com urgência, de aumentar a capacidade de resposta do nosso Banco Alimentar e, ao mesmo tempo, solidificar a nossa equipa de rua para que as visitas domiciliárias sejam intensificadas⁹. Pelos contactos que vamos fazendo, vamos tendo alguma esperança, mas, na verdade, sozinhos não podemos avançar e a lista de espera vai aumentando todos os dias

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- PIRES, Rui P. (2003) – *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta.
PORTES, Alejandro (1999) – *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.

⁹ Nenhum utente recebe apoio alimentar sem uma confirmação do diagnóstico, no local da residência, feita pela equipa de rua e sem uma tentativa de encaminhamento para as instituições locais. Um dos cinco estagiários de Serviço Social está a fazer um estudo, procurando as razões da não-aceitação dos imigrantes por parte das instituições locais que, como nós, recebem alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome, de Lisboa. Deste estudo o Banco Alimentar tem conhecimento.